

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 660 - Brasília, sexta-feira, 27 de março de 1998

Agência de petróleo terá R\$ 123 milhões

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna, deu ontem parecer favorável à aprovação de dois créditos no total de R\$ 123,7 milhões destinados à implantação da Agência Nacional de Petróleo. Os projetos serão agora apreciados pelo plenário do Congresso Nacional. Página 6



NESTA EDIÇÃO

1 Plenário aprova 86 matérias

Subiu nesta semana para 86 o número de propostas aprovadas pelo plenário desde o início do ano. Entre elas, a emenda constitucional da reforma administrativa e o Estatuto dos Militares. Página 2

Senado envia três projetos à Câmara

Aprovadas em caráter terminativo por duas comissões, as propostas prevêem o saque de FGTS por portadores do HIV, a reciclagem de baterias e a criação de cartões de crédito com fotos digitalizadas

Foram enviados à Câmara, depois da aprovação em caráter terminativo por comissões do Senado, projetos que prevêem a movimentação do fundo de garantia por portadores do vírus HIV e seus dependentes, a recompra de baterias usadas de telefones celulares pelas lojas especializadas e a obrigatoriedade de administradoras de cartões de crédito

oferecerem a seus clientes uma nova versão de cartão contendo foto digitalizada. Como não houve recurso para que as três propostas fossem apreciadas também pelo plenário, elas seguiram diretamente para a Câmara. Os projetos foram votados pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Página 3

2 Comunidade Solidária terá conferência

O Senado promoverá na terça-feira teleconferência destinada a mostrar a vereadores, prefeitos e deputados estaduais como obter recursos do programa Comunidade Solidária. Página 5

SAÚDE



Maldaner pede cautela com CPMF

O senador Casildo Maldaner propôs ontem que o Congresso Nacional analise com cautela a possibilidade de tornar definitiva a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele defendeu uma política de universalização do acesso à Saúde. Página 4

Wilson cobra luta contra dengue

O senador Carlos Wilson cobrou ontem do governo federal e dos governos estaduais maior empenho no combate à dengue. Ele pediu atenção especial à região Nordeste, onde se concentram 70% das pessoas infectadas pela doença. Página 4



Proteção às testemunhas e ampliação das penas alternativas do Código Penal foram os destaques da semana

Senado apreciou 86 matérias neste ano

Com a votação de 11 matérias durante a semana, subiu para 86 o número das proposições apreciadas pelo plenário do Senado desde o início do ano. Destas, sete foram arquivadas e 79 aprovadas, inclusive as emendas à Constituição instituindo o Estatuto dos Militares e a reforma administrativa. Somente durante a convocação extraordinária (de 6 de janeiro a 13 de fevereiro), o Senado registrou um saldo de 55 matérias apreciadas e 48 aprovadas.

Vários projetos de grande interesse foram votados na semana que termina hoje, como o que prevê proteção oficial às testemunhas e vítimas de crimes, para resguardá-las de eventuais represálias e estimular a colaboração com a Justiça. A proposta ainda será submetida a turno suplementar.

O Senado também votou alteração no Código Penal, criando mais quatro penalidades alternativas à prisão: indenização à vítima ou aos seus familiares; multas; recolhimento domiciliar e prestação de serviço a entidades públicas. O objetivo das

modificações é evitar a superlotação das cadeias e penitenciárias e estimular a recuperação dos condenados por crimes leves.

Foi aprovada também a criação da Escola Superior do Ministério Público da União, que oferecerá cursos de aperfeiçoamento aos procuradores, promotores e defensores públicos.

COMISSÕES

Entre os projetos aprovados nas comissões, durante a semana, estão o que estende o seguro-desemprego ao empregado doméstico e o que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego para amparar os menores, ambos apreciados pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

A CAS e a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) convocaram, para a semana que vem, audiências públicas sobre a regulamentação dos planos de saúde, de modo a instruir a decisão sobre os pareceres que irão a plenário em seguida. Serão ouvidos os últimos ministros da Saúde - Adib Jatene e Carlos Albuquerque (demissionário) - e o novo, José Serra.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, entre outras matérias, as indicações dos novos embaixadores do Brasil na Noruega e Islândia - Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães - e na Jordânia - Sérgio Henrique Nabuco de Castro.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 27 de março)

| | |
|--|-----------|
| Projetos aprovados e enviados à sanção | 18 |
| Projetos aprovados e enviados à promulgação..... | 45 |
| Projetos aprovados e enviados à Câmara | 7 |
| Escolha de autoridades e diplomatas | 6 |
| Projeto aprovado em primeiro turno | 1 |
| Emendas constitucionais aprovadas | 2 |
| Total de matérias aprovadas | 79 |
| Projetos enviados ao Arquivo | 7 |
| Total de matérias apreciadas | 86 |

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (30.03.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (31.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; *Projeto de Resolução nº 14/98-CN, que cria, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha; *PLC nº 30/97, que transforma cargo em comissão na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; *PDL nº 96/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Itapeçerica da Serra Ltda.; *PDL nº 97/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil, de Valinhos (SP); *PDL nº 99/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil de Adamantina Ltda., de Adamantina (SP); *PDL nº 136/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rede Tocantins de Comunicação Ltda., de Porto Nacional (TO); e *Mensagem nº 90/98, que submete à deliberação do Senado o nome de José Viegas Filho para embaixador do Brasil junto ao Peru

Quarta-feira (1º.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 44/97, que dispõe sobre a inclusão das

liquidações do Banco de Roraima S.A. (Banroraima) e da Companhia Usinas Nacionais (CUN) no rito processual da Lei nº 8.029/90; *PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; *PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França; *PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália; e *PLS nº 220/97, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

Quinta-feira (2.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 145/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Espanha; *PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado; e *Requerimento nº 177/98, em que o senador Leonel Paiva solicita tramitação conjunta da PEC nº 43/97 com a nº 63/95, por versarem sobre a extinção de tribunais e juízos especializados em matéria trabalhista

COMISSÃO

Terça-feira (31.03.98)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Suplicy tem nova ação contra FHC

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem que, em conjunto com os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sebastião Rocha (PDT-AP), ingressou com mais uma representação contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, junto ao ministro corregedor eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo o senador, a nova representação volta a questionar a pressão exercida pelo governo sobre os convencionais do PMDB para que decidissem não ter

candidato próprio à Presidência da República.

- O advogado do presidente Fernando Henrique Cardoso argumenta que o presidente não é candidato, mas será que o povo brasileiro faz esta distinção? - questionou Suplicy, lembrando que o TSE tem jurisprudência a esse respeito desde que julgou o caso dos calendários do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) impressos na gráfica do Senado.

Francelino anuncia festa em Diamantina



Francelino Pereira

Uma manifestação amanhã em Diamantina (MG) será o ponto alto da campanha dos mineiros para que a Unesco conceda à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, anunciou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

- Diamantina, a terra de Juscelino Kubitschek, merece o título. Ela representa um patrimônio cultural de alta

expressão - afirmou.

Francelino Pereira saudou ainda a cidade de Ouro Preto, que completará 300 anos no dia 24 de junho próximo. Conforme o senador, haverá intensas comemorações em Minas e em todo o país.

Benedita cobra apoio do RJ à educação

A greve dos professores do Rio de Janeiro, que deixa fora das salas de aula um milhão de alunos, é, segundo a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), fruto da falta de compromisso das autoridades com a educação. De acordo com a senadora, o governo estadual fez uma única proposta, de abono salarial de 70%. "A reivindicação dos professores é de que o atual piso - de R\$ 100 - seja elevado para R\$ 600. A proposta do Executivo estadual, além de insu-

ficiente, é incompleta, porque exclui os inativos e o pessoal de apoio", criticou.

A senadora citou dados "nada otimistas", fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, sobre a situação da educação brasileira.

- O ano letivo no Brasil foi iniciado com 6,1 milhões de crianças fora da escola. A estas, se somariam mais 3 milhões que deverão deixar os bancos escolares até o fim do ano - disse.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

Três projetos seguem para a Câmara

Seguiram ontem para a Câmara dos Deputados, depois de aprovação terminativa na CAS, o projeto de lei da senadora Emília Fernandes que permite a movimentação da conta do FGTS pelo trabalhador que for portador do vírus HIV, e o projeto de lei do senador Flaviano Melo que torna obrigatória a reciclagem de baterias de telefones celulares.

Também foi enviado à Câmara projeto de lei do senador Lúcio Alcântara, aprovado em caráter terminativo na CCJ, sobre o uso de fotografia no cartão de crédito

Portadores do HIV terão acesso ao FGTS

Já seguiu para a Câmara dos Deputados, depois de aprovação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto de lei da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que permite a movimentação da conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

A autora do projeto argumenta em defesa da medida que o FGTS mantém-se à custa da contribuição de empregados e empregadores e tem como objetivo primeiro



Emília lembra custo do tratamento ao trabalhador e sua família em situações que impliquem excepcional dificuldade financeira, como desemprego.

aposentadoria, aquisição de moradia própria e morte do trabalhador.

- Ora, em situação semelhante fica quem se vê obrigado a arcar com os altos custos do tratamento para combater a ação do vírus da Aids. E o caso ainda é mais grave quando se trata de trabalhador assalariado, quando não resta alternativa senão a de cobrir essas despesas com o pouco que ganha para o sustento próprio ou da família - acrescentou.

O projeto foi relatado na CAS pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Em seu parecer, ela lembrou que a legis-

lação atual do FGTS já garante aos que têm Aids o levantamento dos valores correspondentes do fundo, independentemente da rescisão do contrato de trabalho.

- Todavia, a proposta da senadora pelo Rio Grande do Sul vai mais além, ao permitir o acesso aos recursos do fundo não somente aos doentes, ou seja, aqueles em que a síndrome está manifestada, mas também aos portadores, ou seja, aqueles em que o vírus ainda não se manifestou em doença, e o benefício não se atém ao titular da conta, mas, igualmente, a seus dependentes.

Reciclagem de baterias será obrigatória

Foi enviado à Câmara dos Deputados, após aprovação em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto de lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) segundo o qual os estabelecimentos que comercializam baterias para telefones celulares ficam obrigados a recebê-las depois de usadas.

Pelo projeto, as baterias usadas serão recebidas, em devolução, por um valor correspondente a pelo menos 10% do preço de venda ao consumidor de produto novo

idêntico ao que está sendo devolvido. As lojas que comercializam baterias para telefones celulares deverão manter, em local visível, recipientes apropriados para o recolhimento das que forem devolvidas.

Ainda de acordo com a proposta de Flaviano Melo, os fabricantes e importadores ficam obrigados a estabelecer mecanismos para disposição final, reciclagem ou reprocessamento das baterias após o uso. A incineração de baterias usadas ou a sua disposição em depósitos públicos são proibidas pelo pro-



Flaviano é o autor da proposta

jecto. Além disso, passa a ser obrigatória a advertência, nas embalagens e na publicidade

sobre as baterias, dos riscos que estas oferecem à saúde humana e ao meio ambiente. Quem desobedecer ao que está disposto no texto ficará sujeito às penalidades previstas na lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

O projeto foi relatado na CAS pelo senador Otoniel Machado (PMDB-GO). O relator destacou, em seu parecer favorável à proposição, que a correta disposição final de resíduos perigosos é um dos mais sérios desafios ambientais da atualidade.

Cartão de crédito poderá ter foto

Depois de ser aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que obriga as operadoras de cartões de crédito a

oferecer aos seus clientes uma versão de cartão com foto digitalizada.

O novo sistema será alternativo, cabendo ao usuário optar por esse recurso adicional de segurança. Para Alcântara, o cartão com foto digitalizada, que sairá um pouco mais caro, "resguardará enormemente todas as partes envolvidas, tanto clientes quanto comercian-

tes e prestadores de serviços, reduzindo significativamente os prejuízos causados por estelionatários".

De acordo com Lúcio Alcântara, a tecnologia da foto digitalizada é tão eficiente no combate às falsificações que já é amplamente usada no exterior, onde os cartões com fotografia são comuns e têm grande aceitação no comércio.



Júnia comenta pesquisa

Júnia teme conflito social no Brasil

Os brasileiros acham que "o país está parado" e a credibilidade do governo se encontra em queda porque a população percebeu que as metas e promessas feitas durante a campanha de 1994 não foram cumpridas, afirmou ontem a senadora Júnia Marise (PDT-MG).

Na opinião da senadora, "o país caminha para se transformar em situação de verdadeira batalha social", especialmente porque os brasileiros à margem do desenvolvimento somam mais de 70 milhões sem as mínimas condições de sobrevivência.

A senadora comentou pesquisa do Vox Populi, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual, 53% dos brasileiros acham que não há desenvolvimento e 80% entendem que o governo não ataca a miséria.

Segundo a senadora, 53% da população pensam que o Brasil parou, somados aos 19% que entendem que o Brasil caminha para trás, o que significa que 72% da população não estão satisfeitos com as ações do governo e que o governo não se empenha no combate ao desemprego e à miséria.

Júnia Marise observou que 72% dos brasileiros estão preocupados com o desemprego; 72% com os juros altos; 77% com o aumento de impostos; 81% com a miséria do campo e na cidade; 78% com o problema dos aposentados; e 79% com o problema da violência.

A senadora disse que outro problema dos brasileiros é a habitação, pois há um déficit de 14 milhões de moradias.



Alcântara: redução de prejuízos

Senador cobra maior atenção do governo federal e dos estados do Nordeste, onde residem 70% das vítimas registradas da doença

Wilson propõe luta sem trégua contra a dengue

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) cobrou ontem maior atenção dos governos federal e estaduais para enfrentar os altos índices de contaminação pela dengue, notadamente na região Nordeste, onde residem 70% das pessoas infectadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Segundo o senador, a região apresenta condições favoráveis à proliferação da doença.

- Na capital de Pernambuco, por exemplo, estado que ocupa o segundo lugar em número de casos no Nordeste, a situação é preocupante, principalmente no verão e no outono, pois as condições climáticas favorecem a proliferação do mosquito. A cidade, além de ser cortada por rios e canais, sofre as consequências do crescimento desordenado, com graves deficiências nas



Wilson aposta na erradicação

áreas de saneamento básico - informou o senador.

Apesar dos números preocupantes, Carlos Wilson aponta perspectivas de melhora para o problema. O senador lembrou a existência de recursos na ordem de R\$ 5,5 milhões, oriundos de convênio da Fundação Nacional de Saúde com o governo de Pernambuco, especificamente para o combate à

dengue. De acordo com o senador, apenas 20% do total foram repassados ao governo estadual. "É fundamental que o restante dessas verbas seja urgentemente liberado, a fim de que se dê continuidade aos trabalhos de saneamento e de erradicação da doença", afirmou.

O senador pernambucano se mostrou otimista quanto aos efeitos do Plano Diretor de Erradicação do *Aedes aegypti*.

- Se levado a sério, o plano, além de exterminar o vírus da dengue, deve ampliar a oferta de serviços de saneamento básico, reduzindo a incidência de doenças de veiculação hídrica e de doenças relacionadas com o lixo.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) reafirmou a gravidade da situação, lamentando a falta de material para o combate à dengue.

Maldaner teme que imposto novo repita fracasso da CPMF

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem maior cautela do Congresso Nacional na criação de um imposto definitivo para financiar o sistema de saúde pública do Brasil. O novo imposto foi sugerido pelo Poder Executivo, para substituir a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em discurso da tribuna, Maldaner destacou dados negativos da Saúde no país, ao mesmo tempo em que afirmou que a CPMF não arrecadou o almejado.

O senador lembrou que a CPMF traria mais R\$ 6,9 bilhões para serem investidos nas ações de prevenção do SUS e em modificações na estrutura do Ministério da Saúde, previsão que não se efetivou. Ressaltou o papel fundamental do Congresso Nacional para a busca de novas e criativas estratégias para consolidação de uma verdadeira política de universalização do acesso à Saúde.



Maldaner quer reavaliar o SUS

Maldaner citou as recentes tragédias ocorridas no país, como a morte de dezenas de pessoas em maternidades e clínicas de hemodiálise e geriátricas. Para o senador, no entanto, o maior emblema da crise é o avanço de doenças até agora tidas como controladas, como a dengue e a malária, já epidêmicas no país, e outras doenças endêmicas, como a leishmaniose, a febre amarela e a tuberculose.

- O sistema de saúde no Brasil é eficaz para uma campanha de

vacinação em massa, mas, nas ações prolongadas de combate às várias doenças, ele fracassa. A causa disso é que um programa continuado requer uma infraestrutura mínima, enquanto uma campanha de massa se faz com um esforço concentrado em um único dia - concluiu.

O senador entende que, dez anos depois da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), é preciso promover sua ampla avaliação e, se necessário, sua reformulação. Segundo Maldaner, o SUS desviou-se de seu princípio doutrinário central, que é a integralidade, ou seja, a indissociabilidade entre prevenção e atenção curativa.

- Hoje, a prioridade orçamentária federal é nitidamente representada pela assistência médico-hospitalar, em detrimento criminoso das ações de promoção e proteção à saúde. Dessa forma, o orçamento da Saúde ficou restrito ao pagamento de contas de hospitais - afirmou o senador.

Rocha acha que Serra pode privatizar Saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que a indicação do senador José Serra (PSDB-SP) para o Ministério da Saúde pode significar que o governo federal tenha definido uma linha de privatização para algumas parcelas dos serviços públicos de saúde, já que "para alguns setores do governo saúde é igual a mercadoria".

Rocha disse que não fazia nenhuma crítica à competência do senador José Serra. No entanto, entende que o cargo de ministro da Saúde exige alguns conhecimentos técnicos inerentes ao cargo. O senador anunciou que vai aguardar uma avaliação do PDT e de seus membros no Senado para voltar a falar sobre o assunto.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que o problema da Saúde no Brasil não é de competência médica, pois, se fosse assim, Adib Jatene teria resolvido. Entende também



Rocha não fez crítica pessoal a Serra que não se trata de um problema gerencial, mas evidentemente político.

Jefferson ressaltou que, a exemplo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que debelou a inflação como ministro da Fazenda, talvez agora "um economista resolva os problemas da Saúde no país".

O senador lembrou a seriedade e a competência do senador José Serra, além de seu acesso ao presidente da República, o seu trânsito no Congresso e a possibilidade de, como ex-ministro do Planejamento, mobilizar recursos para o setor de saúde.

Campos quer médicos em todas as academias

Alegando a proliferação desordenada de academias de ginástica, artes marciais e musculação no país, o senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei exigindo a presença permanente de um médico em suas dependências, durante todo seu horário de funcionamento, para atestar a aptidão de seus frequentadores, e, principalmente, atender a possíveis emergências.

Na justificativa, Campos alega serem evidentes os riscos a que os usuários das academias estão submetidos, em razão da prática de ginástica ou



Campos: presença permanente de esportes de força sem qualquer orientação sobre os seus efeitos para a saúde.

Nutrição e longevidade em debate

Nutrição, medicina ortomolecular e longevidade são alguns dos assuntos em debate na TV Senado neste fim de semana. No programa, o geriatra Eduardo Gomes e a nutricionista Sandra Loman discutem, entre ou-

tras questões, os mitos acerca de como retardar o envelhecimento.

Mediado pelo jornalista Fernando César Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa, o debate vai ao ar sábado e domingo às 11h e 21h.

Promoção do Senado oferece informações precisas a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e outras lideranças sobre a obtenção de recursos federais

Teleconferência explica acesso ao programa Comunidade Solidária



Otoniel prevê melhoria no setor

Municípios devem assumir área de saúde, diz Otoniel

Os municípios brasileiros devem assumir plenamente os serviços de saúde, cumprindo a filosofia do Sistema Único de Saúde (SUS). A recomendação foi feita em plenário ontem pelo senador Otoniel Machado (PMDB-GO) ao senador José Serra (PSDB-SP), que assumirá o cargo de ministro da Saúde na próxima semana. "Este é um desafio importante que terá o novo ministro", frisou.

O senador propôs, ainda, que o SUS aumente os valores pagos pelos serviços dos hospitais e médicos conveniados. Para ele, os preços atuais "não são toleráveis", citando que o Ministério da Saúde paga apenas R\$ 2,70 por consulta médica. O custo de um dia de tratamento em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) nos hospitais fica em torno de US\$ 900,00, mas o SUS paga somente 10% desse valor.

Outra medida que irá contribuir para um melhor atendimento médico no país, conforme o senador, é a regulamentação dos planos de saúde, em discussão no Senado. Depois de prever melhores dias neste setor com a posse de José Serra, Otoniel Machado elogiou o trabalho do ministro demissionário, Carlos Albuquerque. "Ele promoveu uma reorganização administrativa consistente no Ministério da Saúde, extinguindo órgãos deficitários, eliminando focos de desmandos, contendo desvios administrativos e descentralizando vários órgãos decisórios", destacou.

Benedita afirma que a falta de recursos dificulta o trabalho brasileiro na comissão



Benedita pede maior suporte à Comissão do Mercosul

Na condição de membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) reuniu-se ontem com representantes do Itamaraty. O objetivo foi identificar formas e meios para melhorar a assessoria técnica dos deputados e senadores que representam o país junto ao Mercado Comum do Sul.

Ao lado do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO), a senadora lamentou que a falta de recursos humanos e financeiros "dificulte a atuação bra-

sileira na elaboração da Carta Social do Mercosul".

Benedita pretende manter contatos com os presidentes do Senado e da Câmara, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer, para tratar da "necessidade de maior apoio material, financeiro e humano na assessoria dos parlamentares brasileiros que atuam junto ao Mercosul, além de pleitear ao presidente da República maior engajamento do Itamaraty nessas atividades de suporte".

O subgrupo de trabalho do

Mercosul (SGT-10), encarregado de preparar a Carta Social do mercado comum, também chamada de Carta de Direitos Fundamentais, tem no "protocolo laboral" um de seus pontos fundamentais. As atividades nessa área estão ganhando velocidade nos últimos meses e a meta dos parlamentares brasileiros é a de obter "adequações e avanços nas legislações dos países-membros e criar normas comuns do Mercosul", segundo o deputado Confúcio Moura.

Josaphat presta homenagem a deputado constituinte de 46

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) homenageou ontem a memória do político e professor baiano Guilherme Carneiro da Rocha Marback, cujo centenário de nascimento se completa este ano. Além de deputado estadual e constituinte em 46, Guilherme Marback foi interventor no seu estado. "Em todas as funções que exerceu, procedeu sempre com espírito de educação e cordialidade", disse. Conforme o senador, Gui-



Josaphat recorda Guilherme Marback

lherme Carneiro Marback também foi tabelião e professor de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia. "O que

ele buscava era o convívio atencioso com todas as pessoas, independente de classe ou profissão", afirmou Josaphat Marinho, acrescentando: "Após a queda do Estado Novo, o doutor Guilherme Marback foi nomeado interventor federal na Bahia, e embora membro do Partido Social Democrático (PSD), teve uma boa convivência com todos os partidos políticos, inclusive com a UDN, principal opositor."

Prefeitos, deputados estaduais, vereadores e outras lideranças locais poderão obter, através da 3ª Conferência, que será promovida pelo Senado terça-feira, informações precisas sobre estratégias de obtenção de recursos federais do programa Comunidade Solidária.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e a presidente do Conselho Nacional do programa Comunidade Solidária e primeira-dama, Ruth Cardoso, irão abrir a teleconferência. A secretária-executiva do programa, Anna Maria Peliano, e os consultores de Orçamento do Senado, Hipólito Gadelha Remigio e Ivo Debus, serão os conferencistas.

A 3ª Teleconferência será transmitida ao vivo, entre 14h e 17h, a partir da sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado, e poderá ser assistida por meio de antena parabólica (canal Transponder 6 A 2 - frequência 3930 - polarização horizontal) ou em telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e principais cidades brasileiras.

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado, organizador do evento, informou que o público poderá encaminhar perguntas - durante a realização da Teleconferência - pelo telefone 0800-610100, fax 0800-610115 ou e-mail ilb@administ.senado.gov.br.

Brasil vai presidir Alca a partir de 2003

O Brasil deverá assumir a presidência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a partir de 2003. Foi o que revelou o secretário-geral da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), em entrevista à TV Senado.

Amin alerta contra prejuízos para servidor

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) advertiu ontem o plenário da Casa e o governo Fernando Henrique Cardoso para a injustiça que, a seu ver, está sendo feita com os servidores públicos nesse mês de março.

"Ao deixarem de receber seus salários em duas parcelas - no

dia 20 e no dia 5 do mês subsequente - para receber o salário integral em data fixa, por volta do dia 25 de cada mês, em março eles estão pagando o mais imposto de renda do que normalmente, porque a Receita vai somar 70% do salário de fevereiro com a parcela integral de março, aumentando a base de cálculo", disse.

Segundo Amin, o governo não deve ter cometido essa injustiça de propósito. "A Receita Federal está aplicando as regras de maneira pessoal, sem levar em consideração o aspecto

moral da questão. Mas o fato é que, por conta desse 'bolo artificial', servidores que estavam isentos pagarão IR, e quem estava na faixa de desconto de 15% cairá na de 27,5%, como se tivessem recebido aumento salarial, que, infelizmente, não ocorreu", lamentou.



Amin defende funcionários

Para exemplificar a injustiça cometida contra todos os servidores públicos federais, no mês de março, Esperidião Amin citou o caso fictício de um servidor, de Alagoas, por exemplo, que ganhase 400 reais mensais e estivesse com salários atrasados por oito meses:

"Se recebesse todos os salários de uma vez, totalizando 3.200 reais, pagaria 27,5% de IR".

Na verdade, disse Amin, o servidor estaria sendo penalizado duas vezes: porque ficou sem receber seus salários e depois porque pagará um imposto que não deveria ser cobrado.

Osmar quer esclarecer empréstimo no Paraná

Com base numa nota técnica elaborada pela Consultoria do Senado, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o governo do Paraná tomou emprestados R\$ 155 milhões da Companhia de Energia Elétrica daquele estado (Copel), sem que a Assembléia Legislativa tomasse conhecimento da operação. Ele anunciou que acionará a Justiça paranaense para que esse empréstimo seja esclarecido.

"Conforme parlamentar, o Paraná está negociando com o Ministério da Fazenda e com o Banco

Central a rolagem de sua dívida mobiliária, na tentativa de conseguir um acordo que lhe permita salvar o Banco do Estado, que está operando com R\$ 1,7 bilhão a descoberto. Osmar Dias

informou que esse banco foi entregue ao atual governo como o segundo em rentabilidade, encontrando-se agora numa situação inquietante para correntistas e funcionários.

Ele atribuiu essa crise à incapacidade administrativa e à gestão financeira do trio composto pelo governador e pelos secretários do Planejamento e da Fazenda. E disse que se soma a essa incapacidade "a corrupção denunciada e até agora não esclarecida".

Segundo o senador, o empréstimo da Copel para o governo do Paraná foi destinado ao pagamento do décimo terceiro salário e da folha de pessoal de dezembro do ano passado, o que não justifica a iniciativa governamental de sugar os recursos de sua empresa de energia elétrica.



Osmar teme pela Copel



As despesas da ANP serão custeadas em parte com os impostos cobrados sobre os combustíveis

Comissão Mista de Orçamento autoriza recursos especiais para nova agência. Parlamentares denunciam gastos excessivos

Aprovados 123,7 milhões para instalação da ANP

As despesas com a implantação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) deverão ser cobertas por dois créditos no valor total de R\$ 123,7 milhões, a serem concedidos em favor do Ministério de Minas e Energia, conforme autorizações previstas em projetos de lei que receberam ontem pareceres favoráveis da Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Os projetos vão agora à deliberação do plenário do Congresso Nacional.

Os recursos serão retirados do excesso de arrecadação da cota-parte dos preços de realização dos combustíveis automotivos e de receitas provenientes de participações governamentais pela outorga de concessões para exploração e produção de petróleo.

Os parlamentares do PT e do PDT com assento na comissão votaram contra a dotação, sob o argumento de que a ANP estaria sendo superfinanciada em relação ao conjunto da administração pública, posta "à míngua" num momento em que as carências da população se aprofundam, exigindo do governo maior atenção para as prioridades sociais.

O deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), relator do projeto que destina crédito suplementar de R\$ 64,8 milhões à ANP, salientou que o petró-

leo é um dos setores mais significativos na economia mundial, e que a agência precisa ter especialistas e condições próprias ao desempenho que dela será exigido.

Conforme o relatório do deputado, os recursos solicitados serão assim distribuídos: R\$ 6,8 milhões para pessoal e encargos sociais; R\$ 43,2 milhões para manutenção dos serviços de administração; R\$ 14,5 milhões para ações de informática; e R\$ 340 mil para pagamento de benefícios aos servidores.

O outro projeto, que autoriza

que os 350 funcionários da agência terão salário médio de R\$ 5.692,00; os gastos previstos com despesas e diárias, no valor de R\$ 6 milhões, representariam cerca de R\$ 17 mil ao ano para cada um dos 350 funcionários; as despesas com copa, recepção e vigilância, por sua vez, consumiriam R\$ 1,5 milhão, à média de R\$ 110 mil ao mês.

"Os números chocam qualquer um que compare essa situação com a de outros órgãos públicos", disse.

A comissão também aprovou parecer favorável à autorização ao Poder Executivo para abrir, no orçamento fiscal, crédito suplementar no valor de R\$ 126 milhões em favor do Ministério de Minas

e Energia, destinado à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Os recursos destinam-se ao reassentamento de quase 6 mil famílias que, em 1988, tiveram suas terras inundadas com a construção da barragem de Itaiparica.

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna, convocou os parlamentares para, na próxima terça-feira, deliberarem sobre oito requerimentos apresentados pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

Parlamentares de oposição votaram contra, alegando que a ANP estaria sendo "superfinanciada", em relação ao resto do governo

o Executivo a dotar um crédito especial de R\$ 58,9 milhões, também para a ANP, foi relatado pelo deputado Betinho Rosado (PFL-RN) e destina-se às seguintes finalidades: R\$ 46,3 milhões para regulamentação e fiscalização do setor petróleo e R\$ 12,6 milhões para coordenação e manutenção geral.

Ao elogiar a diretoria da ANP pelo fornecimento de informações por ele solicitadas, o deputado Sérgio Miranda destacou que elas comprovam o "superfinanciamento" por ele alegado. A título de exemplo, informou

Organismo tem função "eminente pacífica", lembra o senador, ao cobrar do ministro do Meio Ambiente explicações sobre recusa a auxílio no combate ao incêndio

Jefferson defende ajuda da ONU a Roraima

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) manifestou ontem sua indignação pelo fato de o Brasil estar recusando ajuda internacional oferecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para combater os incêndios em Roraima. "Estou pedindo explicações ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, porque recebi informações de uma organização não-governamental, e também de um funcionário da ONU, atribuindo a recusa a integrantes das Forças Armadas brasileiras que temeriam uma internacionalização da Amazônia."

Para Jefferson Péres, "somente na cabeça de pessoas desinformadas e alheias ao papel exercido pelas Nações Unidas ao longo de décadas,

poderia haver preocupação com uma balela dessas. É ver fantasmas do meio-dia imaginar que uma equipe internacional sob a égide da Organização poderia abrir caminho para uma ação armada que pudesse resultar numa internacionalização da região", argumentou.

O papel da ONU é eminentemente pacífico, recordou Jefferson. "Somente em duas ocasiões, a Organização patrocinou intervenções militares: em 1950, quando a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul e, recentemente, na Guerra do Golfo, quando o Iraque anexou o Kuwait. Em ambas as ocasiões, a ONU interveio justamente para restabelecer a soberania de países invadidos. É esse o espírito de sua Carta", garantiu.



Jefferson questiona resistência

Jefferson disse ter obtido informações de que, em novembro do ano passado, quando começaram as queimadas na Amazônia, que foram prenúncio do atual desastre de Roraima, o governo brasileiro também recusou ajuda da ONU. "Todos os países que enfrentam calamidades aceitamaju-

da internacional. Quando há furacões, enchentes e secas que resultam em fome, as equipes da ONU são saudadas com alívio pelos governos e população."

O senador perguntou então como seria possível explicar que autoridades brasileiras se sintam humilhadas, ou temerosas, por receber ajuda internacional. "Aguardarei os 30 dias regulamentares para receber as explicações do ministro Krause. Se não ficar satisfeito, convocarei o titular da pasta do Meio Ambiente para dar a todos os senadores os motivos de tanta desconfiança, que engloba até a equipe da Argentina que hoje atua em Roraima. Soube que há integrantes das Forças Armadas que não ficaram satisfeitos com sua presença", afirmou.

Suplicy pede a governo que aceite auxílio externo

A gravidade do incêndio florestal em Roraima levou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a defender a aceitação, pelo Brasil, de toda e qualquer ajuda internacional. Em comunicado urgente feito ontem no plenário do Senado, Suplicy afirmou que a devastação pelo fogo é muito mais grave do que tem sido noticiado.

Suplicy mostrou-se preocupado com o desencontro de informações. Segundo o senador, o coordenador

do Corpo de Bombeiros afirmou que o incêndio estaria debelado entre 15 e 20 dias, prazo que seria inexequível, segundo o governo do estado. Suplicy lembrou que o comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Selva, general Luiz Edmundo de Carvalho, rejeitou a ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU).

- Estou convencido de que não podemos nos dar ao luxo de recusar ajuda alguma - afirmou o senador paulista, amparado em

informações fornecidas pelo presidente do PT de Roraima.

Segundo Suplicy, o fogo já queimou as roças de algumas aldeias. Assim, os índios Makuxi, Ingankó, Wapixana e Taurepang passaram a viver exclusivamente da caça e pesca, atividades já prejudicadas pela invasão de garimpeiros. Índios ianomami já estão se deslocando para as pistas de pouso dos postos de saúde, na espe-

rança de conseguir fugir nos aviões, disse o senador. Cerca de 17 mil índios já foram atingidos pelas consequências do fogo, em uma área equivalente ao estado de Sergipe.

O senador agradeceu a ajuda prestada pelos governos argentino e venezuelano. Lembrou que o governo paulista enviou dois técnicos para Roraima, e que o mesmo está sendo feito pelo governo mineiro.



Suplicy: devastação é grave

Hollanda sugere educação ambiental nas escolas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem que a educação ambiental nas escolas fundamentais será capaz de formar novas gerações de brasileiros preocupados com a proteção ao meio ambiente. Em sua opinião, assim se formarão para o século XXI empresários capazes de ajudar a humanidade a chegar ao século XXII num planeta habitável.

Na opinião de Hollanda, mais que um mero oportunismo de alguns segmentos da sociedade, as questões ecológicas alcançaram o núcleo das preocupações dos líderes mais responsáveis do mundo. "Ou o homem cuida da terra ou perecerá com ela", alertou o senador, informando que o Brasil encerrou 1997 com pouco mais de 20 empresas certificadas como ecologicamente responsáveis.

Mas o senador entende que, apesar de esse número ser ainda pequeno, o empresariado brasileiro começa a despertar para as exigências ambientais, mexendo-se rapidamente para qualificar-se dentro dos padrões exigidos. Ele disse que, apesar de a preocupação com ecologia ser recente, o proble-



Hollanda: nova mentalidade

ma é antigo, como demonstra o efeito estufa, que começou a ser gerado há 150 anos, com o início da industrialização do mundo.

Conforme o senador, os gestores das empresas envolvidas no grande mercado internacional já descobriram que a gestão ambiental reduz custos e pode tornar uma fábrica mais eficiente. Ele informou que um bom programa de gestão ambiental se paga em 10 a 15 anos. Também anunciou que o cerco em torno das empresas que poluem está se fechando, visto que uma nova mentalidade começa a dominar as sociedades mais esclarecidas. Daí porque considera tão importante o ensino ecológico nas escolas.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a Alca - Área de Livre Comércio das Américas
7h30 - "Jornal da Amazônia"
8h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador José Eduardo Dutra e o deputado José Lourenço
9h - Sessão plenária (ao vivo)
12h15 - Entrevista com o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a Alca - Área de Livre Comércio das Américas
13h15 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador José Eduardo Dutra e o deputado José Lourenço
14h30 - Sessão plenária (representação)
18h45 - Entrevista com o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) sobre a Alca - Área de Livre Comércio das Américas
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador José Eduardo Dutra e o deputado José Lourenço
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala Cidadão"
22h - "Resumo da Semana"
22h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador José Eduardo Dutra e o deputado José Lourenço
24h - "Fala Cidadão"
0h30 - Telejornal "Resumo da Semana"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais
Programação sujeita a alterações
DESTAQUES DE FIM DE SEMANA SÁBADO

11h e 21h - Debate apresentado pelo jornalista Fernando César Mesquita com o médico genista Eduardo Gomes e a médica nutricionista Sandra Lohman sobre envelhecimento e nutrição
DOMINGO

11h e 21h - Debate apresentado pelo jornalista Fernando César Mesquita com o médico genista Eduardo Gomes e a médica nutricionista Sandra Lohman sobre envelhecimento e nutrição

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

15h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30 SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" apresenta a vida e a obra do escritor Moacir Sciar. Apresentação da professora Margarida Patrícia

11h - "A Música Enlutada e Seus Mestres" - o programa traz duas obras do compositor Claude Debussy: "Suite Bergamasque para Piano" e "Opus 10". Apresentação do senador Artur da Távola.

15h - "Resenha da Semana (Compras/Presidência)"

16h - "A Música do Brasil" - no programa, vários sambistas, entre eles Ciro Monteiro, Jorge Veiga, Roberto Ribeiro e Zezé Pagodinho. A apresentação do senador Artur da Távola.

20h - "Especial do Mês" (reprise) traz um dos artistas brasileiros de maior prestígio nos Estados Unidos e México, o cantor Pen Ribeiro

21h30 - Resenha da Semana (plenário)

22h - "Século XX" - A oposição ao regime militar, o movimento estudantil ganha as ruas: Vladimir Palmeira fala sobre a "Passada dos Cem Mil", a Tropicalia, com depoimentos de Tom Zé e Sabão Magalhães, o apogeu dos festivais. E ainda, Caetano Veloso, Capinam, Torquato Neto, Johnny Alf, Gilberto Gil

DOMINGO

11h - "A Música Enlutada e Seus Mestres" (reprise)

16h - Resenha da Semana (plenário)

17h - "Século XX" (reprise)

21h - Resenha da Semana (plenário)

19h30 - "Autores e Livros" (reprise)

22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Patrocínio vê Proálcool como gerador de empregos

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o ressurgimento do Proálcool, "em uma nação continental como a nossa, é mais do que uma esperança; é praticamente a certeza de que o desemprego se reduzirá significativamente". Observou que as notícias veiculadas, embora não oficiais, de que haverá um aumento de 22 para 24% na mistura de álcool anidro à gasolina, demonstram o interesse do governo em reativar o programa.

Como sinal dessa mudança na política governamental, Patrocínio incluiu também a substituição de carros com mais de 10 anos e a formação da frota verde (a troca dos carros oficiais a gasolina por veículos a álcool).

O senador destacou que somente a agricultura é capaz de fixar o homem no meio rural. Observou que em 1995 a indústria canavieira, "já em fase de preocupante declínio", empregava um milhão de



Patrocínio: programa evita migração

de pessoas no campo, sem contar os empregos indiretos nas cidades.

- Milhões de lavradores brasileiros, homens simples e laboriosos, sem qualificação profissional, têm sido expulsos do único trabalho que sabem fazer: cuidar da terra. Desamparados, levados de migrantes chegam todos os dias aos grandes centros e se amontoam em condições subumanas nas periferias das cidades - disse. Patrocínio espera que a reativação do Proálcool mude esse quadro.

Senador faz apelo às bancadas de Rondônia e do Amazonas, devido à importância da rodovia para o escoamento da produção regional

Odacir prega união política pela restauração da BR-364

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apelou às forças políticas de Rondônia e do Amazonas para que "somem esforços e batalhem juntas" visando à obtenção das verbas necessárias à realização do projeto de recapeamento da BR-364, em especial o trecho de 200 quilômetros entre Porto Velho e Nova Vida, que não foi feito em 1997 por falta de recursos. Ele se dirigiu especialmente às bancadas de Rondônia e do Amazonas, no Senado e na Câmara, para, juntamente com os governadores dos dois estados, se engajarem nesse esforço político.

De acordo com o parlamentar, estaria ocorrendo "um ligeiro desencontro" entre a firma Consol Engenheiros Consultores (contratada para revisar o projeto e supervisionar a obra) e o Departamento Nacional de Estradas de



Odacir deseja soma de esforços

Rodagem (DNER) em torno do custo da restauração. A empresa estimou em R\$ 160 mil por quilômetro, enquanto os valores referenciais que os agentes financeiros internacionais (BID e Bird) determinam como limite superior seriam mais baixos, explicou Odacir.

A importância crescente da BR-364 no escoamento da produção de soja do Centro-

Oeste, destacou ele, pode ser aferida pelos resultados de 97 e as previsões para 98. "Entre abril e dezembro de 97, o transporte multimodal BR-364/hidrovia do Madeira escoou 360 mil toneladas de soja produzida na Chapada dos Parecis. Este ano, a previsão é de 600 mil toneladas e o tráfego médio está estimado em 100 carretas/dia", informou. A intensidade desse tráfego, acrescentou, "destruirá com rapidez os serviços de 'tápburaco' e de restauração feitos com o rebaixamento da qualidade da capa asfáltica". O senador entende que é preciso assegurar a qualidade da restauração, ainda que para isso seja preciso fazer esforço adicional junto às autoridades para suplementar os recursos originários do BID e Bird.

Suplicy sugere ajuste cambial mais rápido

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem que o governo acelere o ajuste cambial, diminuindo o espaço de tempo entre as desvalorizações do real. Para Suplicy, minidesvalorizações mais rápidas da moeda não implicam o risco de também acelerar a inflação ou causar instabilidade no fluxo de capitais estrangeiros; ao contrário, ele acredita que poderá haver maior estímulo às exportações e à criação de empregos, tanto nos setores que produzem bens exportáveis quanto nos que produzem para o mercado interno e no de serviços.

Eduardo Suplicy avaliou que a economia brasileira encontra-se num momento especialmente propício para os ajustes graduais e firmes pro-

postos na taxa de câmbio. "Vários indicadores demonstram que existe possibilidade de crescimento sem pressão inflacionária. Há nítida capacidade ociosa na maior parte dos setores produtivos", analisou. Lembrando que o Brasil tem rica experiência na utilização dos mais diversos regimes cambiais, disse que uma das fases mais bem sucedidas foi quando, a partir de agosto de 1968, o governo deixou de lado o regime de taxas cambiais fixas e introduziu o sistema de minidesvalorizações.

O senador ainda recomendou que o governo complemente essa aceleração das minidesvalorizações com medidas extracambiais de estímulo às exportações e de controle das importações.

Rocha quer Amapá incluído no plano Brasil em Ação II

O estado do Amapá deveria estar incluído no plano Brasil em Ação II, apelou ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Rocha destacou que a hidrovia do Marajó, a conclusão da rodovia BR-056 e a ponte sobre o rio Oiapoque "são obras importantes para o desenvolvimento da região e sua integração não só a outros estados brasileiros, como à Guiana Francesa".

O senador informou a realização do 1º Congresso Internacional de Transportes da Amazônia, que acontecerá de 28 a 31 de maio, em Belém do Pará. O encontro, que será promovido pelo Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agên-

cias de Navegação e Confederação Nacional de Transporte, tem como objetivo estabelecer os mecanismos necessários para que a região atraia negócios rentáveis.

Sebastião Rocha disse que os organizadores do evento esperam, com isso, criar condições para que a região amazônica se transforme num corredor natural de ligação bioceânica.

- Sou um ardoroso defensor da navegação fluvial. Creio que a Amazônia, sobretudo pelo seu potencial, tem plenas condições de sair do isolamento através da utilização racional desse importante meio de transporte, que é barato, eficiente e, indiscutivelmente, precioso instrumento de promoção do desenvolvi-

mento regional.

PLANOS DE SAÚDE

Sebastião Rocha solicitou a participação dos senadores, integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nas audiências públicas sobre os planos de saúde, nos dias 31 de março e 1º de abril. Segundo o senador, "há um descontentamento generalizado de entidades, especialmente aquelas ligadas à defesa do consumidor", quanto ao projeto que está sendo apreciado no Senado, o que vai exigir um esforço grande da Casa na evolução da discussão dos planos de saúde. "É preciso encontrar uma solução compatível com os anseios dos usuários sem, no entanto, prejudicar os interesses das empresas", afirmou.